

Sob o signo de uma nostalgia projetiva: a poesia angolana nacionalista e a poesia pós-colonial

Inocência Mata*

Resumo

Não me parece excessivo afirmar que, hoje, a literatura angolana, reagindo à intrigante e nada apaziguadora (pelo menos até 2002) dinâmica da situação pós-colonial do país, vive um período de singular ecletismo estético e produtividade reflexiva. Tal se deve a uma dialogia transtextual e intergeracional e à necessidade de repensar o país, tarefa a que a literatura se assume como vanguarda, continuando a ser veículo privilegiado da atividade reflexiva, agora quase substituindo os cientistas sociais (historiadores, sociólogos, politólogos) no registro e análise dos acontecimentos e fenômenos que ainda não foram erigidos a “objeto” de estudo. No entanto, apesar de a literatura angolana continuar ainda a cercar a identidade na senda da história e das imagens e memória dela, os pressupostos e os destinadores hoje são “outros”, ou antes, essa alteridade já não remete apenas para os sujeitos “do exterior”, mas também contempla aqueles “mesmos” que são partícipes de um estado de coisas. Isto é, as novas gerações de escritores assumem de forma incisiva a “internalização” do olhar e não descuram as “novas” relações de poder. Este ensaio põe em diálogo a poesia consagrada dos poetas da “geração da Mensagem”, em especial a poesia de Agostinho Neto (*Sagrada esperança*), e a poesia pós-colonial, da “geração das incertezas, a saber: Adriano Botelho de Vasconcelos, *Abismos do silêncio* (1996) e *Tábua* (2004); José Luís Mendonça, *Quero acordar a alva* (1997) e *Ngoma do negro metal* (2000); João Maimona, *A idade das palavras* (1997) e *Retrato das mãos* (incluído em *Festa da monarquia*, 2001); Paula Tavares, *Dizes-me coisas amargas como os frutos* (2001) e *Ex-votos* (2003) e Maria Alexandre Dáskalos, *Jardim de delícias* (1991) e *Lágrimas e laranjas* (2001).

Palavras-chave: Poesia nacionalista; Olhar pós-colonial; Utopia; Nostalgia projetiva; Nação.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Cada geração, numa certa opacidade, descobre a sua missão; assume-a ou se torna traidora. (Frantz Fanon)

Não me parece excessivo afirmar que, hoje, a literatura angolana, reagindo à intrigante e nada apaziguadora (pelo menos até 2002) dinâmica da situação pós-colonial do país, vive um período de singular ecletismo estético e produtividade reflexiva. Tal se deve a uma dialogia transtextual e intergeracional e à necessidade de repensar o país, tarefa a que a literatura se assume como vanguarda, continuando a ser veículo privilegiado da atividade reflexiva, agora quase substituindo os cientistas sociais (historiadores, sociólogos, politólogos) no registro e análise dos acontecimentos e fenômenos que ainda não foram erigidos a “objeto” de estudo. No entanto, apesar de a literatura angolana continuar ainda a cerzir a identidade na senda da história e das imagens e memória dela, os pressupostos e os destinadores hoje são “outros”, ou antes, essa alteridade já não remete apenas para os sujeitos “do” exterior, mas também contempla aqueles “mesmos” que são partícipes do estado do país. Isto é, as novas gerações de escritores assumem de forma incisiva a “internalização” do olhar e não descutam as “novas” relações de poder.

Na verdade, é sabido que no período colonial-fascista, em que se gerou a estética nacionalista, a produção literária fez-se em diálogo com a ideologia libertária. A estética literária de então mobilizou, por isso, uma retórica que buscou partilhar memórias imaginariamente históricas e sociais e coletivizar angústias e aspirações, enveredando por terrenos temáticos e estilísticos que, visando a rasura e o obscurecimento de conflitos e de pulsões divergentes dentro da “comunidade imaginada”, intentava a construção de um corpo uno e coeso, dentro dos propósitos do nacionalismo – que se pode definir, segundo Ernest Gellner (1993), como sendo “um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra” (p. 11).

Para reforçar a contaminação épica da escrita do período de definição do sistema literário, outro esquema foi o recurso à elaboração do imaginário cultural, a partir de índices retirados da natureza e da sociocultura (gentes, sinais de uma vivência quotidiana, do espaço físico e social) e transformados em símbolos. Por via destes, intentava-se, pelo poder incantatório da palavra, o estabelecimento de um elo social, psicológico e afetivo-sentimental entre indivíduos, cumprindo-se uma função extratextual de eficácia ideológica. Através desses “lugares” culturais, ou “culturalizados”, de sinais retirados da geografia e da natureza, de valores e atributos (re)inventados da sociocultura e (re)elaborados intelectualmente, cantava-se a pátria – “comunidade de leis e instituições muito centralizadas e unitárias com um propósito político” (SMITH, 1997, p. 23): pátria que, embora carente em justiça humana, era pródiga em natureza. E essa prodigalidade da natureza e harmonia entre homem e natureza funcionavam, nas palavras de Antonio Candido (1989), “como construção ideológica transformada em ilusão compensadora” (p. 149). É esta a lógica de poemas como “Havemos de voltar”, “O içar da bandeira”, “Adeus à hora da largada”, “Não me peças sorrisos”, “O caminho das estrelas”, “Campos verdes”, “Sangrantes e germinantes” ou “Caminho do mato”, de Agostinho Neto; ou “O rio da nossa terra”, de António Jacinto: neles, como aliás em muitos outros poemas de *Sagrada esperança*, o caminho do mato e do contrato, do sofrimento e da dor, da espoliação humana e da exploração até à exaustão das riquezas da terra utilizando a mão de obra local – afinal, é isso o colonialismo – transformava-se em “caminho das flores/flores do amor” (“Caminho do mato”).

Porém, após o período de agenciamentos ideológicos finalísticos, de exigência nacionalista, hoje as motivações dos atores da escrita são outras, o que faz do panorama literário angolano um espaço diversificado e eclético. Embora seja temerário caracterizar o atual período a partir de apenas uma tendência estética, pode inferir-se que a natureza ideológica da nova escrita do corpo da nação e da identidade é ainda de nostalgia, pela tendência para o passado como um traço característico da imaginação utópica, que ainda subsiste. Porém, operando um processo canibalesco, no sentido da devoração como metáfora da assimilação crítica dos elementos da estética fundacional, com a condição de esses elementos retirados serem reelaborados em moldes do contexto histórico, sob a urgência das várias tensões fraturantes da sociedade angolana atual.

Na nova visão do país, as contingências do fazer histórico-cultural e socioeconômico são simbolicamente acopladas pelo processo (ainda) de reconstrução nacional, agora com recurso à “consciência subjetiva”. É por via desta consciência individual que se persegue ainda a memória histórica e as feições e as particularidades das representações da História, com o intuito de desmontar as (possí-

veis) estratégias de realização da nação política, para a transformar em nação cívico-territorial. Esta torna-se agora a base sobre a qual os indivíduos podem reclamar direitos legais na comunidade (SMITH, 1997, p. 147-148). Trata-se de uma função que na nova poesia angolana parece estar a destituir o modelo primordial de construção dessa “comunidade imaginada” – afinal, na altura, pensada de uma forma “higiênica” –, em tempo da mais precária condição em que vivem os seus filhos, sobretudo desde que o estado de guerra se “naturalizou” em Angola.

Por isso, parafraseando Antoine Compagnon, a questão que orientará as minhas reflexões é: que terá restado dos nossos “antigos amores”, aqueles poemas pelos quais aprendemos a amar a pátria e que foram as letras das canções mobilizadoras da revolução nos anos 1970? Ou seja: que diálogo estabelece hoje a atual poesia angolana com a geração demiúrgica do sistema literário nacional, de que Agostinho Neto é um dos representantes, para (continuar a) pensar o país?

É no contexto desta nova função que me parece significativo o diálogo tenso e denso entre a poesia precedente, em particular a de Agostinho Neto e de António Jacinto (mas também Viriato da Cruz ou Aires de Almeida Santos), assim como a narrativa, sobretudo a de Luandino Vieira, com a atual literatura angolana, designadamente a poesia de Paula Tavares, Maria Alexandre Dáskalos, João Maimona, José Luís Mendonça e Adriano Botelho de Vasconcelos, cinco dos mais importantes poetas da atualidade. São todos poetas que se revelaram após a independência e que viveram – e suponho que ainda vivam – a “angústia da influência” dos clássicos angolanos – entendendo “clássico” no sentido em que o define Vítor Manuel Aguiar e Silva: “o clássico é aquele escritor que, seja qual for o tempo em que escreveu, é nosso contemporâneo, porque ainda tem alguma coisa a dizer-nos” (SILVA, 2002, 19). Enfim, como dialoga a atual poesia com os nossos clássicos, autores que fundaram o sistema literário angolano?

Esta geração de poetas, todos na casa dos cinqüenta anos, ou quase, continua a ser historicamente caracterizada por uma disponibilidade para dizer a nação e a identidade. Adriano Botelho de Vasconcelos e José Luís Mendonça, por exemplo, que se revelaram ainda nos anos 1970, têm uma poesia ainda muito marcada por sinais de celebração utópica. Quem ler *Voz da terra* (1974) e *Abismos de silêncio* (1996) e *Tábua* (2004), de Botelho de Vasconcelos, poderá pensar tratar-se de poetas diferentes; o mesmo se passará com a viagem de *Chuva novembrina* (1981) a *Quero acordar a alva* (1997) e a *Ngoma do negro metal* (2000), de José Luís Mendonça... Poéticas diferentes, sim, porque os primeiros livros – *Voz da terra* e *Chuva novembrina* – são de celebração da revolução, numa colagem aos desígnios da “escrita de combate”, realizada numa construção isotópica, isto é, numa rede semântica que remete, no caso de Botelho de Vasconcelos, para a

reiteração da “voz da terra”, de cujos sinais, em urdidura simbólica e alegórica, os demiurgos do sistema haviam construído a angolanidade; por seu turno, em José Luís Mendonça essa celebração realiza-se pela reiteração expansiva da semântica da fertilização do solo em tempo de liberdade (pela referência à independência de Angola, ocorrida a 11 de Novembro de 1975). Por outro lado, os últimos livros desses poetas – particularmente *Abismos de silêncio* e *Ngoma do negro metal* – já denunciam a nostalgia de um futuro anunciado e não cumprido: o silêncio e o negro metal a denunciarem uma aparente melancolia e uma nostalgia regressiva, distópica. O modo elegíaco é configuração semântico-pragmática privilegiada pelos dois poetas para expressarem as suas perplexidades perante o Mundo, o país e perante eles próprios.

A ideia de uma pátria rica cantada por Agostinho Neto no poema “Havemos de voltar”, ou por António Jacinto em “Monangamba” e em “O rio da nossa terra”, ou “Quando os meus irmãos voltarem”, de Aires de Almeida Santos, é desqualificada pela visão da desapropriação das riquezas nacionais por uma entidade não localizada – apetecia-me dizer globalizada, na medida em que se trata de uma entidade com alcance “biopolítico” cujo poder, sem rosto, sem raça ou sem marcação nacional, é um sistema “transnacional”, que “descentraliza” e “des-territorializa” (NEGRI & HARDT, 2001, p. 12). Na verdade, trata-se de uma máquina que integra as diversas modalidades (econômico, cultural, familiar, alimentar, até afetivo), e que sequestra o próprio corpo sociocultural, o *bios* social. É esta preocupação que a obra de Pepetela também tece nas bordas do texto: em *A geração da utopia*, por exemplo, é legível a mesma entidade imperial interna – é por isso que falei de uma alteridade interna –, representada na figura de Malongo, que substitui a ordem imperialista “tradicional” – afinal aquele *imperium* que já não significa “colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 1995, p. 37). A profecia do poeta sobre o regresso à pátria concretizou-se e Malongo voltou à bela pátria angolana, à “Angola libertada/Angola independente” (Neto, “Havemos de voltar”), e se instalou na terra:

[Maloŋgo] estava lá há muito tempo preparada para a paz. Começou a vir à banda para pequenos negócios. Servia de intermediário de firmas belgas, francesas e holandesas, de médio porte, que queriam vender produtos ou tecnologias. Como era amigo antigo de responsáveis importantes (...) conseguiu os primeiros negócios. (...) Ele tinha de repartir a sua comissão. Mas mesmo assim ganhava muito dinheiro. Ganhou dez vezes mais num ano que em toda a vida anterior. Estava preparado para a paz tão esperada. (PEPETELA, 1992, p. 259-261)

Porém, o interlocutor de Agostinho Neto neste canto das riquezas da pátria – feitas de recursos naturais e paisagísticos e de potencialidades culturais (a ma-

rimba, o quissange, o carnaval), parece ser, quase 40 anos depois, José Luís Mendonça, particularmente em *Respirar as mãos na pedra* (1989) e em *Quero acordar a alva* e em *Ngoma do negro metal*. Particularmente *Quero acordar a alva* – que funciona como um macropoema e se desenvolve em três momentos (as suas três partes denominadas livros: “*Sobre o nocturno coração de África, Uma árvore fala e Quero acordar a alva*) – responde à eufórica “sagrada esperança” do regresso à pátria com a tenso “nocturno coração de África”. Leiamos a marcação distópica do tempo no poema “Reconstrução Nacional”:

1974

Quimbanguleiros¹ de todos os muceques erguem o verde
despertar das cidades
com blindagens de óleo palma
no eco encardido das nádegas

1994

Nossas crianças roem os dentes
neste céu etílico de balas perfumadas

2004

Nossa Senhora Santa Ana da Muxima
ainda marmoriza o país do rio Bengo
mas os deuses já não escarram mais o mel
da angústia em nossas bocas de papel

Outro diálogo na contramão pode ver-se ainda entre os poemas de Agostinho Neto “Sangrantes e germinantes” (*Sagrada esperança*) e o poema de José Luís Mendonça “Sangrantes pedaços de metal” (*Ngoma do negro metal*): enquanto o poema de Neto termina com uma disposição claramente, melhor, profeticamente utópica,

Pelo futuro eis os nossos olhos
Pela Paz eis as nossas vozes
Pela Paz eis as nossas mãos
Da África unida no amor.

– o de José Luís Mendonça é claramente de desesperança:

sonhos do meu mundo reciclado
por quimeras de pombas terebintinas.

¹ Quimbanguleiros eram estivadores das construções dos grandes edifícios do tempo colonial. Eram operários não qualificados que misturavam o cimento à areia e transportavam a argamassa, os tijolos e outros materiais pelos andares acima – daí a *kimbangula* (carregar às costas). Ao lado de cada edifício e construção, as mulheres dos bairros pobres chegavam, instalavam as suas cozinhas, panelões e carvão, para vender funge com peixe de óleo palma, por um preço módico, à altura do bolso do *kimbanguleiro* – daí a expressão “com blindagens de óleo palma/no eco encardido das nádegas”.

Na poesia de José Luís Mendonça reescreve-se a contaminação que desde dos tempos de combate nacionalista se operava entre pátria (a entidade institucional) e terra, e se sustentava na natureza, num movimento de identificação que se aproxima daquele que também ocorreu nos anos 1930 na América Latina, para cuja literatura Antonio Candido (1989) olha quando equaciona do seguinte modo esse fenômeno de “cantar a terra/pensar a pátria”, transformando aquela (a terra) em justificativa desta (a pátria):

A idéia de *pátria* se vinculava estreitamente à da *natureza* e em parte extraía dela a sua justificativa. (...) Um dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana foi esta contaminação, geralmente eufórica, entre terra e pátria, considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira. (p. 141-142)

Subvertendo a vinculação que, por um lado, então se operava entre nação e riqueza e, por outro, entre esta categoria e felicidade coletiva que se intentava construir, hoje o poeta José Luís Mendonça (1997) considera que –

COMO UM SACO DE SAL

O africano está a escorrer
como um saco de sal
somos filhos do crude e a cinza
de um sol eterno negoceia nossos ventres
quando nos deitamos noite e dia
de orelhas cortadas pela guerrilha.
A preto e branco nos cassumbularam
os dentes no siso e no
maximbombo dos mortos a infância
do pólen sitiado toma assento.
E içam gruas de vazias bocas o porão
dos nossos sonhos a escorrer
como um saco de sal.

O que ressalta neste diálogo, sempre na contramão, é que à idéia de africano – na sua versão metonimicamente angolana, o que reforça a transnacionalidade da entidade imperial –, que ainda tem a Mãe África como “superpátria”, se liga à de orfandade (material, cultural, espiritual) e de desapossamento da terra e do homem, ainda criança: “(...) no/maximbombo dos mortos a infância/do pólen sitiado toma assento”. E é esta última “herança”, a orfandade, que sintetiza esse sentimento de irrealização da utopia que percorre a poesia angolana contemporânea. Portanto, mais do que da orfandade do indivíduo em relação à pátria, é dela própria, a pátria, que os poetas contemporâneos falam, de uma instituição que já não espera uma entidade – quase messiânica – propulsora de mudanças e de transformações dialéticas, como em “Adeus à hora da largada” e “O içar da bandeira”, ambos de *Sagrada esperança*, de Agostinho Neto:

ADEUS À HORA DA LARGADA

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.

O IÇAR DA BANDEIRA

Ceguei no momento preciso do cataclismo matinal
em que o embrião rompe a terra humedecida pela
chuva
erguendo planta resplandecente de cor e juventude
Ceguei para ver a ressurreição da semente
a sinfonia dinâmica do crescimento da alegria nos
homens
(...)
Quando eu voltei
O dia estava escolhido
E chegava a hora

Em contrapartida, o metal das minas de diamante, ouro, cobre e de petróleo já não gera vida, “a que haveríamos de voltar”, como se pode ler em “Ngoma do negro metal”:

Do negro metal de Cassinga² hoje o ngoma
ergue o eco de vozes canonizadas
pela extrema-unção do fuzil. E o navio
de bocas ressarcidas morde musical
o reescrito papel do oceano.
Nos élitros da noite os cães fecundam
o antropométrico cenário: entre raízes
o ventre da morte estala vertical.

Por seu turno, tanto Paula Tavares, em *Dizes-me coisa amargas como os frutos* (2001), como Maria Alexandre Dáskalos, em *Lágrimas e laranjas* (2001), desfazem a semântica da espera esperançosa e transformam-na numa espera desencantada, injetando-lhe sinais de uma nostalgia que se prolonga pela desventurosa existência, perante a indiferença daqueles por quem esperaram:

² Importante zona mineira no município da Jamba, no interior da província da Huíla (zona fronteiriça, entre as províncias da Huíla e do Kunene), pertencente à Companhia Mineira do Lobito. O ferro era escoado pelo Porto do Namibe (ex-Moçâmedes), especialmente construído para esse efeito e onde hoje existe o projeto de um Terminal Mineralífero.

SOMBRAS

tristezas os olhos
de onde me olhas
detrás de um tempo passado,
o tempo das promessas antigas.

Teus olhos, amado,
são os olhos de alguém
que já morreu
e ainda não sabe.

MAD

Os filhos de Eva
não têm a memória do Éden.
Foi com o silêncio
que a serpente se fez pagar.
Eles passam por ela indiferentes

e

caminham sem retorno.
Nem a solidão de Eva
nem o pranto de Adão
lhe arrepiam os passos.

Já não há o enlevo dos poetas por um corpo pródigo, igualitário, harmonioso e sem fissuras. Contra a ilusão da “bela pátria/nossa terra”, a poesia contemporânea de Angola instaura o diálogo tenso com os discursos poéticos fundadores, através de uma sucessão de anomalias da natureza que remetem para a desenrolar da História, como em *Ex-votos* (2003):

Em cima do morro de salalé
Não nasce a orquídea
Nos lagos secos da lua
Não andam os peixes
Das pernas das raparigas
Não desce sangue

A cinza lenta da noite
Devora a fogueira.

É o que acontece também com o sujeito da enunciação do poema de Maria Alexandre Dáskalos, poetisa revelada em 1991, cuja poesia sintetiza, já em *Jardim das delícias*, essa busca de um olhar menos bipolarizado e mais prescritivo e centrífugante:

As cores estão
na natureza.

O mundo não é
a preto e branco.

Também a partir deste poema pode ler-se a realização, em surdina, um diálogo tenso em duas direções: com António Jacinto em “Poema de alienação” (“O meu poema/sou eu branco/montado em mim negro/a cavalgar pela vida”), e com Ernesto Lara Filho que “confessa”, no poema “Sinceridade”, que gostaria de ser negro... numa interlocução a que Paula Tavares “responde” em “Identidade” (Ex-votos):

Quem for enterrado
Vestindo só a sua própria pele
Não descansa
Vagueia pelos caminhos.

É este diálogo – como essoutro entre Agostinho Neto e João Maimona – que se me afigura subversivo, canibalesco, melhor, antropofágico (no sentido em que os atuais atores de escrita devoram criticamente as categorias fundacionais do sistema, incorporando-lhe as contingências da História do país), produtivamente pós-moderno até, no sentido de constante questionamento da doxa, isto é, da tradição, ao contrapor a essa tradição dos filhos de uma pátria de promissora glória a sua atual condição mendicante e “subhumana”. De novo José Luís Mendonça (1997):

SUBPOESIA

Subsarianos somos
sujeitos subentendidos
subespécies do submundo
subalimentados somos
surto de subepidemias
sumariamente submortos

do subdólar somos
subdesenvolvidos assuntos
de um sul subserviente.

Coteje-se este poema com essoutros “Poema de alienação” de António Jacinto e “Poema” e “Adeus à hora da largada” de Agostinho Neto. Ou mesmo “Velho negro”, também de Neto:

VELHO NEGRO

Vendido
e transportado nas galeras
vergado pelos homens
linchado nas grandes cidades
esbulhado até o último tostão
humilhado até ao pó
sempre sempre vencido

E forçado a obedecer
a Deus e aos homens
perdeu-se
Perdeu a pátria
e a noção de ser
Reduzido a farrapo
macaquearam seus gestos e sua alma
diferente
Velho farrapo
Negro
perdido no tempo
e dividido no espaço!
Ao passar de tanga
com o espírito bem escondido
no silêncio das frases côncavas
murmuram eles:
 Pobre negro!
E os poetas dizem que são seus irmãos.

A nação – a comunidade imaginada do “nós” – categoria que da terra se expandiu a corpo uno e coeso, e a pátria como instituição, antes entidades dialogantes e conformantes na literatura fundadora, já não o são na atual literatura: esta quer agora, para além da nação gregária, fazer funcionar a sua dimensão cívica, em que se harmonizam categorias como nostalgia do passado e com intenções desiderativas do futuro, numa estratégica discursiva que visa a integração dessas duas disponibilidades da vontade na nova “comunidade” pós-colonial.

É assim que se chega, na atual literatura angolana, ao lugar da cidadania, até então inexistente na configuração do local da cultura e da nação, e que começa a insinuar-se para resgatar o seu lugar no discurso sobre a identidade e na escrita da nação. A cidadania, qualidade de teor legalista concomitante de qualquer nação (SMITH, 1997, 147), transporta implicações que se atualizam sobretudo no lugar da pátria.

O cenário de ruínas da condição humana, e não apenas de precariedade socioeconômica, inclui também a desorganização da memória, dos espaços e dos afetos. A pátria prometida que o enunciante do poema “O içar da bandeira” (Agostinho Neto) profetiza, pela convocação das vontades, lugares e entidades (históricas, culturais, afetivas e espirituais), que outrora tiveram uma performance heróica, e pela recuperação de um novo início com a participação de todos – releiam-se os versos “Todos tentavam erguer bem alto/a bandeira da independência” –, cede lugar a um “sindicato macabro” (BARRETO, 1961, p. 226).³ Na ver-

³ A visão de pátria de Lima Barreto (1881-1922), num texto publicado precisamente em 1961 ano do início da luta armada em Angola, sintetiza aquela que eu gostaria de expressar como relevando da

dade, com José Luís Mendonça – assim como com Adriano Botelho de Vasconcelos, com João Maimona, com Paula Tavares e com Maria Alexandre Dáskalos –, a poesia resgata da latência e dos sussurros a fala do *país real*, ora nostalgicamente rememorativa, ora fortemente acusatória e crítica, como no supracitado poema “Ngoma do negro metal”, em que o sema que surge associado, hoje, às riquezas naturais é *fuzil*, que constrói uma isotopia de destruição, morte e dor. Isso mesmo vê-se sobretudo na fala das mulheres, até pelos títulos dos seus últimos livros, que causam produtivo estranhamento: **Dizes-me coisas amargas como os frutos e Lágrimas e laranjas**: por este início – os títulos –, processa-se a transfiguração dos signos em ruína para, na contramão dialógica, e ideológica, esses mesmos elementos sígnicos dizerem ainda da possibilidade de uma pátria amada, não obstante a crueza da condição humana.

Nem sempre, porém, esta é uma nostalgia projetiva, que intenta uma reconstrução. Atente-se, por exemplo, no diálogo entre dois poetas – João Maimona e Paula Tavares, respectivamente – sobre a visão catastrófica do país e a urgência do sonho adiado, num discurso marcado por um tom elegíaco, resultado de uma nostalgia crepuscular:

ATRÁS DA SOMBRA

tive em dias meus as festas da sombra.
tudo era sombra. princípio e decadência:
a essa cores eu chamo palavras adiadas:
não me farto de contemplar suas ruínas.
(MAIMONA, 1997)

ORIGENS

Guardo a memória do tempo
em que éramos vatwa,
os dos frutos silvestres.
Guardo a memória de um tempo
sem tempo
antes da guerra,
das colheitas
e das cerimónias.
(TAVARES, 2001)

Não obstante essa nostalgia, por vezes regressiva (porque crepuscular), o que a poesia contemporânea, afinal, intenta não é a negação da feição celebrativa da terra e suas gentes, a sua feição histórica e a do poético. Se hoje as preocupações dos poetas se viram para as relações internas de poder, para a repartição razoável

poesia angolana contemporânea. Cito-a por isso: “(...) a Pátria, esse monstro que tudo devora, continuava vitoriosa nas idéias dos homens, levando-os à morte, à declaração, à miséria, para que, sobre a desgraça de milhões, um milhar vivesse regaladamente, fortemente ligados num sindicato macabro”.

das riquezas, para o processo de dignificação do indivíduo, para o respeito pela história particular e segmental dos grupamentos, para o respeito pelos direitos cívicos e para o equilíbrio nas relações sociais, mais não fazem que reelaborar criticamente a corrente de solidariedade e cumplicidade que, prosopopeicamente, se constrói no poema “Partida para o contrato”, de Agostinho Neto, em que a natureza “chora”, tal como Maria, a partida de Manuel para o contrato, ou a participação de todos na sinfonia emancipatória em “O içar da bandeira”, ou ainda o acumpliciamento da natureza na comunhão entre os dois amantes em “Carta dum contratado”, de António Jacinto. Não obstante a celebração da comunhão entre homem e natureza como partes da mesma entidade, em que aquela se cumplicia com o enunciador na dor da separação e na desventura do analfabetismo, no poema “Carta dum contratado”, de António Jacinto, em Adriano Botelho de Vasconcelos (1996), a terra reveste-se de silêncios e de sombras, e o “olhar das mães adormece as agonias/que infecundam os signos das/fraternidades” (p. 24); outrossim, enquanto a Mulher-Mãe, nos seus desdobramentos simbólicos, é símbolo de resistência, persistência, proteção, união e fortaleza na poesia nacionalista, em vários poemas de Paula Tavares a Mulher se humaniza e se fragiliza perante a força destruidora dos acontecimentos (guerra, fome, aniquilamento das relações afetivas e seus corolários), como no poema “Mãe” (Dizes-me coisas amargas como os frutos):

MÃE

A mãe chegou
não estava sozinha
o cesto que trazia
não estava bem acabado
a mãe chegou
não tinha as tranças direitas
a mãe chegou e o pano que trazia
não estava bem alinhado
a mãe chegou com olhos maduros
os olhos da mãe
não olhavam
na mesma direcção
a mãe chegou
e não era ainda o tempo
do pão do leite azedo
e das crianças.
A mãe chegou e a fala que trazia
não estava bem preparada
a mãe chegou
sozinha
com as falas da desgraça da miséria do leite fermentado e do barulho.

É evidente a euforia celebrativa e a corrente de germinação emancipatória que tanto figuras do (então) presente histórico (Amigo Liceu, Bengé, Joaquim, Gaspar, Ilídio, Manuel e outros “amigos e irmãos”) e cultural (o Ngola Ritmos, os Intelectuais, a Liga e o *Farolim*) como as do passado (Ngola Kiluanji e Rainha Ginga) tentavam então empreender. No dealbar do século XXI, quando se esperaria a produtividade desse “cataclismo matinal”, semanticamente conotado com felicidade e bem-estar que o poeta encontrou quando voltou (“O içar da bandeira”), hoje – de novo Botelho de Vasconcelos (1996):

A sanzala ficou deserta e os velhos
 não enterraram os seus mortos, nenhuma felicidade
 se ouve senão pelo vinho. Sonharam com a cabeça
 viciada de sinais até perderem
 a confiança. (...)

Do que se trata, com efeito, é do redimensionamento crítico do discurso sobre a nação, embora sempre ainda a partir das coordenadas do projeto nacional – a liberdade, a tradição, a coesão unitária e a felicidade social –, a fim de que a nação continue a conceber-se para além da comunidade imaginada e da terra, “como uma pátria territorial, o local do nosso nascimento e da nossa infância, a extensão do coração e do lar (...) o local dos nossos antepassados, e dos heróis e das culturas da nossa antiguidade” (SMITH, 1997, p. 146). Porém, porque o “país real” já não permite a euforia do canto celebrativo, a voz do passado parece interpelar, desta vez, João Maimona (2001),⁴ que reage:

PROCURA

impalpável país fúnebre quando procurado
 se cobre de noite. fugitivo cresce no rio
 donde o oceano mais distante que se vê
 chora conhecer o fruto as cinzas
 que aos poucos se tornam janelas alheias.

O campo semântico de caracterização do país constrói uma isotopia crepuscular em que pontuam semas como “país fúnebre” e “fugitivo” em que as “cinzas” frutificam contra “janelas alheias”...

Portanto, muitas décadas depois, a germinação e as transformações revolucionárias que se anunciavam não se concretizaram: “Os filhos de Eva não têm me-

⁴ Considero apenas *Retrato das mãos*, que é um dos dois segmentos do livro *Festa da monarquia* (2001), de João Maimona (o outro é precisamente *Festa da monarquia*). Na verdade, as duas partes não constituem um conjunto, antes funcionando de *per se*, idéia que até o próprio autor pareceu perfilhar ao solicitar prefácios diferentes para cada uma. Parece-me que a publicação conjunta se deveu, apenas, a um exercício de engenharia financeira. Quando fiz o prefácio de *Retrato das mãos*, desconhecia que o livro seria parte de uma publicação, *Festa da monarquia*, e não um todo de *per se*.

mória do Éden” (Maria Alexandre Dáskalos) porque o Éden não chegou a existir! Em vez disso, no poema supracitado, de Botelho de Vasconcelos, há a sugestão da interrupção da dinâmica histórica pela não continuidade do ciclo da ancestralidade para o que remete a imagem dos mortos insepultos. De tal desestruturação psico-sociocultural resulta a alienação do homem, indiciada pela bebedeira, pela perda do sonho e pela desesperança. E pela repressão que, então (Maio de 1977), se abateu sobre a “comunidade imaginada”, contrariando as idéias de liberdade que o discurso nacionalista apregoava – de que Sem Medo desconfiava, ainda durante a luta de libertação e por isso afirmava que “um partido é uma capela” (PEPETELA, 1985, p. 131), sintetizando a lógica dogmática do funcionamento do movimento pós-utopia através do pensamento religioso e da alegoria cristã, épuras que Adriano Botelho de Vasconcelos (2004, p. 92) retoma para:

Na catedral as gaivotas fizeram durar os mares
até as pátrias ficarem sob o domínio de uma única
razão. Perdido o seu tesouro
– uma utopia na corrente de um panfleto –
os velhos tentam fugir das confissões
até as suas palavras desempregarem
nas tertúlias e cais
os poetas.

“até as pátrias ficarem sob o domínio de uma única/razão”: a ditadura do monolitismo ideológico de que resultaram prisões, desaparecimentos, mortes, valas comuns, dores, traumas familiares, “material” de obras como *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso, *Os limites da luz* (2003), de E. Bonavena, e *Tábua* (2004), de Adriano Botelho de Vasconcelos, livro com que o autor ganhou, em *ex-aequo*, o “Prémio Sonangol de Literatura”, sob o pseudônimo Aires, nome de seu irmão mais velho morto durante a sanha persecutória da DISA, depois da tentativa de golpe de estado protagonizada por dissidentes do MPLA adeptos de Nito Alves e José Van-Dúnem, que ficaram conhecidos como *fraccionistas*. Afinal, lembrar o passado é também uma forma de dinamizar o processo de reconstrução...

Chamo a atenção para as datas da poesia com a qual ponho em diálogo a do consagrado Neto: Maria Alexandre Dáskalos, *Jardim de delícias* (1991) e *Lágrimas e laranjas* (2001); Adriano Botelho de Vasconcelos, *Abismos do silêncio* (1996) e *Tábua* (2004); José Luís Mendonça, *Quero acordar a alva* (1997) e *Ngoma do negro metal* (2000); João Maimona, *A idade das palavras* (1997) e *Retrato das mãos* (incluído em *Festa da monarquia*, 2001); e Paula Tavares, *Dizes-me coisas amargas como os frutos* (2001) e *Ex-votos* (2003).

Trinta anos depois da independência, essa geração de escritores angolanos as-

sumiu a sua missão: perseguir o projeto utópico. Diria, para resgatar Fanon, citado na epígrafe, que, afinal, essa Geração das Incertezas descobriu a sua missão e, à sua maneira, numa certa opacidade, está a assumi-la – sem fazer concessões. A sua poesia ainda intenta a (re)construção da nação, porém pela mobilização de outros temas e recursos estilísticos e retóricos, a que subjaz uma outra filosofia: tanto a da escalpelização das responsabilidades (por que o “advento” não se tornou “evento”), como o exercício da cidadania e a apologia da “heteroglossia”, isto é, a da proliferação de visões sobre o país e sobre a nação que, afinal, ainda se vai fazendo dolorosamente.

Abstract

It does not seem an exaggeration to say that, today, that in reacting to the intriguing and by no means pacific dynamic of the country's post-colonial situation (at least until 2002), Angolan literature is going through a period of remarkable aesthetic eclecticism and reflective productivity. This is due to a transtextual, inter-generational dialogic and the need to re-think the country, a task in which literature has taken on the role of vanguard. It continues to be the chosen means for reflection and has almost replaced the social scientists (historians, sociologists, politologists) in recording and analysing events and phenomena which have yet to be raised to the “object” of study. Nonetheless, despite Angolan literature continuing to give shape to identity on the path traced out by history and its images and memories, today, the ideas and designators are “others”. Or rather, this otherness is not only aimed at subjects “from” without but takes into account the “very ones” who are part and parcel of the state of things. In other words, the new generation of writers have taken it upon themselves to “internalize” their gaze on Angola from within, and they have not turned their backs on the “new” power relationships. This paper will set in dialogue the consecrated poetry of the nationalist poets, and in particular that of Agostinho Neto (*Sacred hope*) with the post-colonial poetry by Maria Alexandre Dáskalos, *Jardim de delícias* (1991) and *Lágrimas e laranjas* (2001), Adriano Botelho de Vasconcelos, *Abismos do silêncio* (1996) and *Tábua* (2004), José Luís Mendonça, *Quero acordar a alva* (1997) and *Ngoma do negro metal* (2000), João Maimona, *A Idade das Palavras* (1997) and *Retrato das mãos* (included in *Festa da monarquia*, 2001) and Paula Tavares, *Dizes-me coisas amargas como os frutos* (2001) and *Ex-votos* (2003).

Key words: Nationalist poetry; Post-colonial poetry; Utopia; Projective nostalgia; Nation.

Referências

OBRAS LITERÁRIAS

- CRUZ, Viriato da. *Poemas*. Luanda: UEA/Endiama, 1990.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre. *Jardim de delícias*. Luanda: Ler & Escrever, 1991.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre. *Lágrimas e laranjas*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- FILHO, Ernesto Lara. *O canto de Martrindinde*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.
- JACINTO, António. *Poemas*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1982.
- MAIMONA, João. *A idade das palavras*. Luanda: Inic, 1997.
- MAIMONA, João. *Festa da monarquia*. Luanda: Kilombelombe, 2001.
- MENDONÇA, José Luís. *Respirar as mãos na pedra*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989.
- MENDONÇA, José Luís. *Quero acordar a alva*. Luanda: Inic, 1997.
- MENDONÇA, José Luís. *Ngoma do negro metal*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- NETO, Agostinho. *Sagrada esperança*. Luanda: União os Escritores Angolanos, 1976.
- PEPETELA. *Mayombe (1980)*. 3. ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1992.
- SANTOS, Aires de Almeida. *Meu amor da rua Onze*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1987.
- TAVARES, Paula. *Dizes-me coisas amargas como os frutos*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- TAVARES, Paula. *Ex-votos*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- VASCONCELOS, Adriano Botelho de. *Abismos de silêncio*. Luanda: UEA/ABV Editora, 1996.
- VASCONCELOS, Adriano Botelho de. *Tábua*. Luanda: UEA, 2004.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- BARRETO, Afonso Henriques Lima. *Numa e a ninfa*. 2. ed. Obras Completas, v. III, São Paulo: Editora Brasileira, 1961.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & Outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria; literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.
- MATA, Inocência. *Literatura Angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa/Luanda: Mar Além/Kilombelombe, 2001.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e. Há um tempo para formar o leitor. Entrevista a João Pedro Aido. **Palavras** (Lisboa): Associação de Professores de Português, n. 21, p. 7-21, primavera de 2002.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.